

MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO

Aviso (extrato) n.º 2258/2025/2

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum para a carreira/categoria de técnico superior – área de direito.

Abertura de Procedimento Concursal para admissão de 1 Técnico Superior da área de Direito, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

1 – Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada de LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que, na sequência de despacho de 10 de janeiro de 2025 do Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, Bruno Miguel de Moura Ferreira, encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do 1.º dia útil seguinte à publicação do Aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, na área de Direito, previsto e não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mondim de Basto.

2 – Caracterização do posto de trabalho: caracteriza-se pelo exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica-jurídica que visam fundamentar e preparar a decisão, no âmbito do projeto designado CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social.

Inclui:

A implementação das ações previstas no Plano de Ação do CLDS-5G, especificamente, o planeamento, implementação e avaliação das atividades; conceção e execução dos suportes materiais para o desenvolvimento das respetivas atividades e para o desenvolvimento da capacidade de autonomia, criatividade e iniciativa da comunidade;

Desenvolvimento de funções no âmbito da garantia dos direitos, atenção e proteção dos grupos em vulnerabilidade social, situação de risco e emergência social;

Promoção de ações de sensibilização da defesa dos direitos sociais e laborais dos empregados em situação de vulnerabilidade; mediação de conflitos dos grupos vulneráveis;

Desenvolvimento de um conjunto de atividades que promovam a participação e cidadania e o combate ao isolamento social, a garantia de acesso a bens essenciais como a alimentação, habitação, assim como assegurar os direitos de acesso à educação e à saúde;

Executar e avaliar um plano de ação, na comunidade;

Identificar necessidades específicas em sede de execução e sinalizá-las junto da restante equipa e coordenador/a técnico/a e dar cumprimento a outras tarefas provenientes de deliberação, despacho ou determinação superior.

3 – Requisito habilitacional: Licenciatura ou grau académico superior em Direito (CNAEF 380 – Direito).

4 – A publicação do Aviso de forma integral com indicação, designadamente, dos requisitos formais de provimento, da composição do júri, dos métodos de seleção, bem como da formalização de candidaturas é efetuada na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), bem como na página eletrónica do Município de Mondim de Basto em <https://municipio.mondimdebasto.pt/>

14 de janeiro de 2025. – O Presidente da Câmara Municipal, Bruno Miguel de Moura Ferreira.

318566954